

28

ÁFRICA
GÉNERO, EDUCAÇÃO E PODER

Coordenação de Óscar Soares Barata e Sónia Infante Girão Frias Piepoli

Centro de Estudos Africanos
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Universidade Técnica de Lisboa
2005

7/10/05

AS MULHERES NAS ANÁLISES SOBRE O DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA

Sónia Frias Piepoli*¹

1. Nota introdutória

A valorização da produtividade feminina foi ao longo de anos e anos, substancialmente negligenciada nas análises sobre o desenvolvimento dos países, fossem eles ricos ou pobres.

Os clássicos métodos de mensuração e análise do crescimento das economias não previam leituras para além de determinados números, acabando assim por enviesar-se uma perspectiva totalizante das realidades sócio-económicas dos vários universos em análise.

Presentemente vamos assistindo a substanciais mudanças neste campo, mas foi longa a demora com que se foram operando se atendermos a que o reconhecimento da necessidade de se olharem as questões sobre o desenvolvimento mediante perspectivas mais alargadas, data já pelo menos, da última metade do sec. xx, quando acabou por assumir-se que a fractura entre mundo rico e mundo pobre se afigurava cada vez mais ampla.

Por essa altura e em face das circunstâncias, as Nações Unidas acabaram por definir a década de 1960, como a primeira década para a reflexão sobre o Desenvolvimento.

A redução da pobreza tornava-se a preocupação dominante, e esse facto levou a que se fizessem cada vez mais esforços no sentido de se rea-

*¹ ISCSP.

e-mail: clafrika@iscsp.utl.pt.

lizarem observações mais abrangentes sobre as causas e os vectores da pobreza. Nesse sentido uma das maiores conquistas do debate então encetado pela ONU, foi já a do reconhecimento do valor do papel da Mulher (quer enquanto agente social, quer enquanto agente económico), no processo de luta pela melhoria de vida das populações (Parpart, Connely e Barribeau, eds., 2001).

Todavia, apesar dos contínuos esforços daquela Organização, e do reconhecimento geral de que o trabalho das mulheres se constitui pelo mundo fora, mas no mundo em desenvolvimento em especial, num factor crucial da sobrevivência das populações (WB 2001), seja das populações rurais que continuam no fundo a depender muito fortemente da agricultura, nomeadamente da agricultura de subsistência; seja das populações urbanas pelo seu contributo em actividades ligadas a negócios variados, o facto é que mesmo assim, uma real valorização da sua participação sócio-económica continuou por anos e em inúmeras análises, perfeitamente esquecida.

Na verdade nem mesmo os esforços de Ester Boserup, antiga funcionária das Nações Unidas – e autora de algumas obras² onde dá ênfase ao lugar das mulheres na economia rural - conseguiram influenciar de forma marcante a inscrição das mulheres nas análises económicas que sobre as várias regiões em desenvolvimento, se foram fazendo.

Neste texto pretendemos dar especial atenção à participação económica das mulheres africanas, um grupo que se conta hoje entre as secções de populações mais pobres do mundo.

Não é nossa intenção fazer um levantamento exaustivo sobre a sua participação produtiva, apenas reflectir sobre a atenção que se vai dando a essa actuação.

2. Representações da camponesa africana

Tradicionalmente as mulheres africanas têm sido acima de tudo apontadas como reprodutoras. É comum vê-las referidas nos romances ou representadas na pintura e escultura com uma criança às costas enquanto

² Nomeadamente:

- *The conditions of Agricultural Growth. The Economics of Agriculture Under Population Pressure* (1965);
- *Woman's Role in Economic Development* (1970);
- *Population and Technological Change. A study of Long-Term Trends* (1981);
- *Economic and Demographic relationships in Development* (1990).

cultivam, moem grãos para fazer farinha, ou transportam volumes à cabeça (normalmente de lenha, carvão ou água).

As crianças e o sustento tornaram-se pois dois dos emblemas a que aparecem sempre vinculadas.

Talvez por isso, mesmo nalguma literatura mais técnica, as africanas tenham acabado por ser simplesmente remetidas para a categoria de camponesas passando dessa forma a ser consideradas por alguns observadores menos atentos, as verdadeiras responsáveis pela sobrevivência do mundo rural em África.

Apesar desta imagem, a agricultura praticada pelas africanas, tal como o conjunto de outras tarefas realizadas pelas mulheres (em África e no mundo inteiro) foi sempre considerada de forma muito invisível. Dado que se destinava em regra a prover à subsistência familiar, acabava por não ser contabilizada nem nas contas dos Estado nem sequer na das famílias. Cultivar, como tomar conta dos filhos, cozinhar e tratar da casa, figurou sempre como uma tarefa adstrita às Mulheres e como uma competência quase do foro *natural*.

Em termos das avaliações e das estatísticas económicas convencionais, as africanas estiveram assim, e por muito tempo, *sem existir* uma vez que a leitura e a interpretação do desenvolvimento se perspectivava no domínio do crescimento económico e por conseguinte a partir de indicadores quase exclusivamente quantificáveis, necessariamente associados à produção, ao lucro, ou à performance laboral: o campo da acção masculina (Jiggins 1994).

A destriça entre trabalho de homens e ocupação de mulheres acentuou-se com a presença dos europeus. Os seus modelos de administração acabaram por dar origem a mudanças substanciais em vários domínios da vida e dos comportamentos das populações. Os homens começaram a partir de então a ser treinados para procurar trabalho no sector formal da economia e passou-se a distinguir entre trabalho produtivo, associado aos homens - as actividades associadas aos empregos formais e pelas quais se auferia uma remuneração - e ocupações domésticas, não reconhecidas como trabalho, mas como um conjunto de actividades da esfera familiar e naturalmente derivadas da condição feminina, por isso não sujeitas a qualquer remuneração.

Mais tarde, quando mais do que os economistas ou os governantes, os sociólogos mas sobretudo as feministas discutiam sobre questões como os papéis e os lugares sociais das mulheres, estas passaram no seu conjunto a

tomar uma visibilidade maior. Talvez por influência das leituras que sobretudo as feministas americanas faziam nos anos setenta sobre as diferenças entre géneros, as *africanas do mato* quando incluídas nos discursos, acabavam indiscriminadamente estereotipadas como seres socialmente explorados, forçados a uma árdua vida de trabalho braçal no campo da agricultura e sem qualquer capacidade de intervenção na sociedade.

Daí a um discurso rígido, sobre a subsistência rural e a forma como ela tem dependido, século após século, do esforço que as mulheres têm investido na produção agrícola e de como tem pesado sobre os seus ombros a responsabilidade da sobrevivência não apenas das suas próprias famílias, mas a das suas comunidades e porque não, a da população africana em geral, foi um pequeno passo.

De facto, na maior parte dos países africanos, ainda presentemente, a produção agrícola de subsistência, depende quase exclusivamente do trabalho das mulheres, e essa circunstância tem levado muitas vezes a esquecer que, como refere Negrão (1998) - *o comportamento económico das famílias tradicionais africanas não se reduz à produção e aos gastos apenas necessários à sobrevivência...* - e que o trabalho dos homens na agricultura de mercado e noutros ofícios, tem fornecido os recursos monetários necessários para os gastos complementares à subsistência.

Se *machambar*³ tem sido considerada, uma competência das camponesas nas regiões subsarianas, não deve isso significar que os homens se dedicam à ociosidade, apenas que eles têm, ou talvez seja hoje mais correcto dizer, tinham, outras funções consideradas tão ou mais importantes do que a subsistência pois que, tradicionalmente, as suas preocupações se previam mais relacionadas com questões relativas à estratégia política e militar; à defesa do grupo; e sobretudo com aspectos de teor muito fundamental, porque relacionados com as ordens social e sagrada.

Importa pois não esquecer que a organização das sociedades africanas, tal como a das outras, não se limita à produção e que esta é apenas um dos segmentos de qualquer realidade social.

Mais tarde, as mulheres passaram a ganhar lugar nalguma análise económica, fossem embora referidas de forma discreta e apenas enquanto dado estatístico enquadrado em categorias muito específicas de assuntos (concretamente relacionadas com a demografia e o consumo por exemplo), e ainda raramente associadas às questões relativas à produção, o

³ Cultivar a *machamba* (horta).

espaço a conquistar rumo a uma abordagem mais completa sobre o campo da sua intervenção.

Todavia e apesar dos progressos, parece continuar esquecido, como sublinham por exemplo Baker e Pedersen (1992) e Costa e Costa (1995), que as mulheres, uma vez que são elas quem tradicionalmente tem a responsabilidade directa de cuidar das crianças, dos próprios homens, dos doentes e dos mais velhos, acabam por ser sempre as pessoas mais afectadas pelo desemprego masculino, pelas catástrofes, pelas crises ou pelas mudanças político-económicas, que nos seus países ou regiões possam existir, pois que são sempre elas quem tem a responsabilidade de prover à emergência familiar, obrigando-se a esforços excepcionais na resolução da sobrevivência sobretudo dos seus filhos.

Apesar da crescente atenção que os economistas vêm prestando nos seus exames, à participação feminina na economia africana, ela tem continuado por demasiadas vezes a ser entendida como um fenómeno marginal (Mackintosh 1989) e relativamente pouco avaliado.

3. A definição de novos lugares

Há um entanto um novo fenómeno que tem vindo a suscitar grande interesse entre os analistas. Não tem a ver com a produção agrícola, com as mulheres do campo ou sequer com taxas de fecundidade, natalidade, ou mortalidade. Prende-se com uma muito pública intervenção das mulheres, mas na economia urbana.

Na verdade, longe da pequena vila ou aldeia rural, e da necessidade de manter uma conduta mais conservadora como é próprio nos espaços comunitários, a mulher nas grandes cidades pode assumir uma postura mais arrojada.

O grande centro dá-lhe maior liberdade e autonomia e sem terra para cultivar, ela vai (sobretudo se se vir em dificuldades), poder deitar mãos a novas fórmulas de angariação de recursos para fazer face à sobrevivência da família.

As recorrentes crises políticas e/ou económicas com que a maioria dos governos dos países africanos têm lidado, em especial desde as últimas três a quatro décadas, têm concorrido para agravar a pobreza e insegurança nos meios rurais. Factores de ordem climática, ou a desintegração de algumas comunidades⁴, também devem ser ponderados enquanto propulsores do êxodo rural massivo a que se assiste em muitos dos países africanos.

⁴ Que viram partir muitos dos seus jovens adultos para a guerra, para as cidades, ou para outros países.

As crises também afectam gravemente as cidades e as suas populações. Os serviços e o próprio parque habitacional não têm capacidade para acolher os camponeses que continuamente vão chegando, e que por isso acabam por ter que desenvolver expedientes que lhes permitam fixar-se e sobreviver nos bairros de lata que se vêem crescer nas cinturas das cidades.

Apesar das dificuldades que enfrentam as populações urbanas e contrariamente ao que se pudesse esperar das lógicas de racionalidade camponesa, o facto é que, um número substancial de camponeses, orientando-se por motivos diferentes, tem continuado, ainda que em movimentos com flutuações diferentes, a transferir-se para a cidade.

Neste universo têm sobressaído as mulheres. Impossibilitadas da prática agrícola e lidando com fortes dificuldades, têm-se revelado corajosas e capazes de inventar soluções de subsistência inesperadas.

Para melhor ilustrarmos estas questões apresentamos aqui como exemplo e de forma muito resumida, a experiência de algumas mulheres que estudámos na cidade de Maputo em Moçambique.

Após a independência em 1975, o novo governo do país entendeu assumir um modelo de orientação política, de inspiração socialista.

Num momento inicial a opção pareceu entusiasmar a população, mas com o passar dos primeiros anos, esse plano acabou por se revelar de difícil realização.

As políticas socialistas implementadas, embateram num vasto conjunto de dificuldades estruturais e acabaram por dar origem a um profundo declínio da produção em geral que se agravou até aos primeiros anos da década de oitenta, com efeitos perversos ao nível da balança de pagamentos do Estado e afectando vários campos da economia e da sociedade.

A ruptura das estruturas de produção e a guerra mantida pelo partido da oposição, destruíram todo um conjunto de infra-estruturas fundamentais no mundo rural e conduziram a economia agrícola a uma verdadeira situação de catástrofe.

Nos anos oitenta, a crise alimentar instalava-se e atingia proporções quase dramáticas tendo-se mesmo revelado das mais graves dentro do contexto africano à época (Isaacman 1989).

Em meados dessa década de oitenta, o governo de Moçambique viu-se forçado a mudar de estratégia política na necessidade de procurar solução para a crise em que se encontrava. Optou pela adopção de um Plano de Ajustamento Estrutural (PAE), um instrumento já adoptado por outros países pobres, por meio do qual se visava o ajustamento da economia (Mas-

siah 1993; Muhumuza 2002), e cuja implementação implicava medidas que pressupunham a redução do controle do Estado, a redução da despesa pública e respectivos cortes nos custos relativos aos serviços sociais, um aumento das privatizações, a liberalização do comércio, a desvalorização da moeda.

Os efeitos práticos dos PAEs acabaram no entanto por se fazer sentir, como noutros casos, ao nível do aumento da inflação, da desvalorização dos salários, do aumento do desemprego, e ao nível do aumento dos custos de toda uma vasta gama de necessidades básicas – saneamento, transportes, saúde pública, etc. - que o Estado continuou a não poder suportar.

O aumento das privatizações podem ser medidas vocacionadas para o crescimento económico de um país, mas acabam por revelar-se inibidoras do desenvolvimento social e individual e constrangedoras da manutenção da sobrevivência doméstica, cuja responsabilidade mais uma vez tendeu – como acontece por todo o mundo - a depender sobretudo das famílias o que no caso dos países mais pobres significa, insistimos em sublinhar, depender quase exclusivamente do esforço das mulheres.

Desta forma uma grande fatia das consequências invisíveis da aplicação dos PAEs acaba por afecta-las de forma muito directa. Esses efeitos no entanto, continuam geralmente sem ser considerados estatisticamente, e por isso acabam também por não ser ponderados nas análises económicas.

Aliás, está hoje bem documentado, que uma grande massa de populações em países que pelo mundo inteiro adoptaram os PAEs, acabou por não sentir os benefícios dos esforços de desenvolvimento que por meio destes Programas os seus países tentaram obter.

Pelo contrário, as tendências mais actuais têm vindo a demonstrar que a situação social e económica da maior parte das populações acabou até por deteriorar-se muito gravemente (Mohan, Brown, Milward et. al. 2000).

Em Moçambique, ainda que algumas análises demonstrem que pela implementação destes programas e pela injeção de ajuda financeira externa, conseguiu aliviar-se a crise, o facto é que, sobretudo nas cidades, as dificuldades que o país enfrentava fizeram sentir-se de forma muito aguda (Mosca 1999). O nível de vida das populações urbanas continuou a deteriorar-se não apenas devido ao desemprego e à política de salários, mas muito concretamente à falta de bens essenciais, nomeadamente de bens alimentares, que continuou a acentuar-se em consequência da quebra dos fornecimentos de produtos provenientes do campo.

A situação acabou por tomar proporções de tal modo graves, que a

certa altura o governo se viu na necessidade de racionar drasticamente a venda dos poucos víveres⁵ de que conseguiam abastecer-se as cooperativas e as lojas da cidade de Maputo.

Houve alturas em que as pessoas acorriam todos os dias aos estabelecimentos comerciais na expectativa de acederem a quaisquer produtos que pudessem chegar.

A insegurança alimentar tornava-se numa verdadeira ameaça de fome, em especial para os mais pobres, aqueles sem rendimentos e sem uma rede de relações sociais bem colocada.

4. Negócios de subsistência em meio urbano

A crise alimentar que se instaurava e o grau de ansiedade que criava em muitas mães, foram dos factores que mais contribuíram para que algumas mulheres se consciencializassem de que tinham que intervir e procurar elas próprias, uma qualquer solução pela defesa das suas famílias.

Se a alimentação era a grande prioridade, acabou por ser também o motor que levou muitas mulheres a organizarem-se para fazer face às circunstâncias.

Na prática, toda a africana tem uma pequena reserva de alimentos ou de dinheiro que guarda de modo a poder fazer face a eventualidades que possam surgir. Essas eventualidades podem ser boas (um lobolo⁶, um casamento, uma compra excepcional – uma televisão, uma geleira), ou más (o desemprego do ganha-pão da família, uma doença, um funeral).

Desta forma, também a maioria das mulheres que estudámos em Maputo, dispunham das suas reservas de bens poupados. A maioria, começou então por pensar em rentabilizar os produtos alimentares de que dispunha, e foi pela troca e/ou venda entre vizinhas, de alguns desses alimentos – um tomate, uma chávena de arroz, uma medida de óleo – que algumas delas passaram a apostar na ideia da preparação para venda, de alimentos cozinhados: pão, arroz de tomate; pastéis de vegetais, doces feitos com farinha e açúcar.

⁵ Utilizando-se para tal um sistema de cartões de abastecimento nas cooperativas, coordenado pelo Gabinete de Organização do Abastecimento de Maputo (GOAM).

⁶ Alguns autores traduziram a expressão por *preço da noiva*. Trata-se na prática de um conjunto de bens previamente acertado pelas as famílias dos nubentes, que a família da noiva recebe (pois que no caso de algumas sociedades em África se entende que esta vai passar a *pertencer* à família do noivo), como compensação por perder um dos seus elementos.

Produziam pequenas quantidades e a margem de lucros que auferiam era por isso também muito reduzida, mas ao ser acumulada quotidianamente passou a permitir às mulheres mais empreendedoras um aumento do volume quer dos negócios, quer dos rendimentos.

Num primeiro momento, cozinhar para vender, acabou pois por tornar-se numa das mais efectivas soluções empreendidas pelas mulheres, numa luta pessoal contra a pobreza familiar.

Mais tarde, algumas mulheres começaram a compreender as potencialidades das suas actividades já não apenas enquanto estratégias de salvaguarda da sobrevivência familiar, mas enquanto verdadeiras estratégias negociais.

A partir de então, silenciosa mas eficazmente, o objectivo dos pequenos negócios, deixou para algumas destas mulheres de se concluir na satisfação das necessidades de subsistência das famílias, para rapidamente se alargar à vontade de ganharem mais dinheiro.

Num tempo em que a procura excedia sempre a oferta, estes negócios, apesar da sua pequena dimensão, anunciavam já um dinamismo muito próprio e a possibilidade de se ampliarem e por sua vez de ampliarem o circuito do mercado paralelo em que se integravam.

O processamento e venda de comida implicavam o consumo contínuo de produtos alimentares. O exaurimento das reservas familiares ameaçava o fim dos negócios e o retorno aos dias de incerteza sobre a sobrevivência. Daí que se tivesse tornado muito nítida a necessidade do desenvolvimento de uma actividade que pudesse sustentar a primeira, nomeadamente o desenvolvimento das actividades de compra e venda de produtos, no fundo o comércio propriamente dito.

A partir de então algumas das mulheres oriundas das regiões próximas de Maputo e que ainda mantinham ligações familiares nas suas aldeias e vilas de origem, passaram a ponderar a possibilidade de deixarem de cozinhar para vender, para se especializarem como intermediárias na compra de produtos do campo que passaram a vender na cidade. Em pouco tempo se propuseram à realização da experiência, e foi assim que começaram a tomar importância os movimentos pendulares de mulheres entre Maputo e os arredores mais ou menos próximos da cidade.

Contrariamente ao que se passava com as mulheres que continuavam a dedicar-se exclusivamente à preparação e venda de comida (actividade que entroncava facilmente no conjunto das tarefas das *donas de casa* e que não requeria por isso um grande esforço na aprendizagem de novos sabe-

res para além daqueles relativos aos pequenos cálculos sobre os preços a praticar por cada dose de comida a vender), as mulheres que passaram a dedicar-se à compra e venda de produtos agrícolas, rapidamente aprenderam a tornar-se comerciantes genuínas.

Foi surpreendente a facilidade com que desde cedo passaram a dominar um conjunto de competências necessárias à boa execução dos negócios. Aprenderam a fazer cálculos relativamente complexos que implicavam: a ponderação dos custos das viagens no preço dos produtos que depois vendiam; a escolha e selecção dos produtos mais rentáveis e dos mais procurados em cada momento; a gestão das melhores condições de transporte da mercadoria.

Desde então, em Maputo como tem acontecido um pouco por todas as grandes cidades em África, o comércio informal começou a ser fortemente dominado pelas mulheres.

Estudos realizados em Nairobi, Kampala, Joanesburgo ou Dakar⁷, revelam que, na maior parte dos casos, as mulheres começaram por se dedicar a vender comida e que só posteriormente algumas delas acabaram por se atrever a alargar os seus negócios. Num primeiro momento alargaram-nos dentro daquilo a que poderíamos chamar o circuito alimentar, mas com o tempo, passaram a dedicar-se por exemplo, à venda de vestuário, de objectos de cozinha – facas, panelas, potes, e outra louça –, nalguns casos à criação de galinhas⁸.

Ao longo dos anos, por toda a África muitas mulheres acabaram por querer investir para além das pequenas vendas, e hoje pode por isso falar-se com alguma propriedade, já não apenas em pequenas negociantes, mas na emergência de uma verdadeira classe de empresárias no campo da economia informal.

Tem vindo a aumentar também por todo o lado, o número de homens a trabalhar no sector informal. São ainda em número bastante inferior ao das mulheres, mas sobretudo dedicam-se a outros tipos de negócios, *os negócios de homens* (pois que os negócios alimentares se tornaram específicos das mulheres): a venda de material eléctrico, de material de construção, o arranjo de aparelhos eléctricos, de rádios de pilhas, de bicicletas, a mecânica de automóveis, a barbearia.

Estes homens, estão na sua maioria desempregados e tal como aconte-

ce com as mulheres, os rendimentos que conseguem obter por meio dos seus empreendimentos informais também não são contabilizados nas contas do Estado.

5. A mudança em perspectiva

Reatando o discurso inicial, importa frisar que começam actualmente a notar-se algumas áreas onde parece haver uma alteração do comportamento dos analistas em relação ao reconhecimento do valor da participação social e económica das mulheres. Esta mudança, é muito provavelmente estimulada, pelo facto de em muitos países pobres se começar a tornar cada vez mais evidente o boom da economia informal. Os negócios informais tomam hoje proporções que não podem passar despercebidas. Tornaram-se um fenómeno considerado por um grande número de autores, como um fenómeno urbano, e são na maior parte dos casos, liderado de facto por mulheres.

A partir do momento em que a participação das mulheres no desenvolvimento dos negócios informais começou a ser mais notada, passou naturalmente a ser mais estudada. Por esse facto parece ter aumentado o interesse dos analistas pelo papel das mulheres na economia em geral (Mosse 1998; Tripp, 1997).

Actualmente a pesquisa já não pode dispensar uma perspectiva mais alargada sobre a natureza pública e privada do trabalho e do contributo das mulheres para a economia.

Mesmo as mudanças que ocorrem a nível doméstico, têm cada vez mais que ser tidas em conta nas análises sobre o desenvolvimento dos países. A dinâmica socio-económica induzida pelo comércio informal que, como sugerimos neste caso, partiu da utilização e potenciação de saberes e necessidades caseiras, tem de ser tomada em conta aquando das análises de carácter estrutural, porque não podemos esquecer-nos de olhar para os agentes seus dinamizadores para compreendermos as razões da sua acção e a sua capacidade de intervenção.

Hoje no mundo pobre e em particular nas cidades, as mulheres acabam por ser, muito mais do que um garante da sobrevivência familiar, elas tornaram-se verdadeiras empresárias e elementos aptos a transformar o panorama social, e pela força dos seus empreendimentos, prometem em muitos casos alterar até as próprias relações entre a sociedade e o Estado (Chamlee-Wright 1997).

⁷ Vejam-se a título de exemplo os trabalhos de Sow (1996); McKeever (1998) Macharia (1997), e outros.

⁸ Animais de maior porte como cabras, cabritos ou porcos são em norma negócios a que se dedicam sobretudo os homens.

A teoria antropológica, tem-se vindo a esforçar para elaborar uma rede de análise que explique a relação entre género e economia nas sociedades africanas, e já nos seus trabalhos, Claude Meillassoux (1977) e outros, fizeram tentativas para compreender, como é que essa relação se justifica e se tem articulado ao longo da história, e ainda que as discussões sobre as causas da pobreza no chamado mundo em desenvolvimento insistam em apoiar-se substancialmente nas análises economicistas, aquele sentido de análise não deve perder-se.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

- BAKER, J. e PEDERSEN, 1992 – *The Rural-urban Interface in Africa: expansion and adaptation*, Uppsala, Scandinavian Institute of African Studies.
- CHAMLEE-WRIGHT, E., 1997 – “The Cultural Foundations of Economic Development – Urban Female Entrepreneurship in Ghana” *Foundations of the Market Economy*, London, Routledge.
- COSTA, M. e COSTA, G., 1995 – *Paying the Price – Women and The Politics of International Economic Strategy*, London, Zed Books.
- JIGGINS, J., 1994 – *Changing the Boundaries, Women-centered Perspectives on Population and the Environment*, Washington, Island Press.
- MACCKINTOSH, M., 1989 – *Gender, Class and Rural Transition, Agribusiness and the Food Crisis in Senegal*, New Jersey, Zed Books.
- MACHARIA, K., 1997 – *Social and Political Dynamics of the Informal Economy in African Cities: Nairobi and Harare*, Lanham and Oxford, University Press of America.
- MASSIAH, J. (ed.), 1993 – *Women in development Economies: Making Visible the Invisible*, Oxford, Berg Publishers/ Unesco.
- MCKEEVER, M., 1998 – “Reproduced Inequality: participation and success in the South African Informal Economy”, *Social Forces*, 76 (4), The University of North Carolina Press.
- MEILLASSOUX, C., 1977 – *Mulheres, Celeiros e Capitais*, Porto, Afrontamento.
- MOHAN, BROWN, MILWARD et. al. (eds.), 2000 – *Structural Adjustment: Theory, Practice and Impacts*, London and New York, Routledge.
- MOSCA, J., 1999 – *A Experiência Socialista em Moçambique (1975-1986)*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MOSER, C., 1989 – “Gender Planning in the Third World: meeting practical and strategic gender needs”, *World Development*, 17.
- MOSSE, J., 1998 – *Half the World, Half a Chance*, Oxford, Oxfam.
- MUHUMUZA, W., 2002 – “The Paradox of Pursuing Anti-poverty Strategies Under Structural Adjustment Reforms in Uganda”, *The Journal of Social, Political and Economic Studies*, 27 (3).
- NEGRÃO, J., 1998 – “Homens e Mulheres na Agricultura – Mitos e Realidades” – in *Relações de Género em Moçambique, Educação, Trabalho e Saúde*, Ana Maria Loforte e Maria José Arthur (eds.), Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.
- PARPART, CONNELLY e BARRITEAUX (eds.), 1997 – *The Theoretical Pers-*

pectives on Gender and Development, Ottawa, International Development Research Centre.

SOW, P., 1996 – “Mobilité Sociale Urbaine et Politique de Décentralisation dans l’agglomération de Dakar”, in *Development and Urban Africa*, Christoph Stein (ed.), Barcelona, CEA.

TRIPP, A. M., 1977 – *Changing the Rules: The Politics of Liberalization and the Urban Informal Economy in Tanzania*, California, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

WORLD BANK, 2001 – *Engendering Development – through gender equality in rights, resources, and voice*, a World Bank Policy Research Report, Washington, WB.

ÁFRICA: GÉNERO, EDUCAÇÃO E PODER PERSPECTIVAS SOBRE O GÉNERO NA GUINÉ-BISSAU

Auzenda Cardoso¹

Falar neste momento, da problemática do género na Guiné, obrigamos a uma séria reflexão na medida em que, enquanto na maior parte dos países se verifica uma tendência para uma evolução positiva relativamente ao assunto, na Guiné, sobretudo nos centros urbanos, parece querer-se fugir a essa regra.

Se até 1998, ano em que se deu o conflito político-militar a situação era considerada pouco abonatória, actualmente oferece-se-nos no mínimo preocupante.

Neste momento, o país atravessa a sua mais profunda crise dos últimos 25 anos. A crise tem-se sentido em todos os sectores e em todas as camadas populacionais, mas afecta com particular incidência a população feminina.

Durante todo o período do conflito, que durou 11 meses, a Mulher sofreu violações, tratamentos cruéis e foi privada dos seus direitos sociais e culturais, sobretudo em Bissau, onde o referido conflito se fez sentir de forma mais violenta.

Voltaremos no entanto a este capítulo um pouco mais à frente, pois convém que se dê uma visão geral do país para que possamos ter mais elementos para uma análise mais rigorosa.

¹ Jornalista guineense.

Introdução

A Guiné-Bissau é um país com aproximadamente 36.000 Km². Fica situada na costa ocidental da África e acedeu à independência unilateral em 1973, através de um longo processo de luta armada contra o domínio colonial.

As projecções mais recentes, baseadas nos dados do censo geral de 1991 estabelecem a população actual do país em cerca de 1.200.000 habitantes, estimando-se uma taxa de crescimento anual de 2,2%.

O país viveu um regime monopartidário até 1991. As primeiras eleições pluralistas tiveram lugar em 1994, após três anos de transição.

No plano económico, o país adoptou, desde o acesso à independência, uma estratégia de crescimento baseada na gestão económica centralizada e voltada para o mercado interno. Os resultados pouco satisfatórios desta estratégia, as políticas fiscais e monetárias expansionistas e os grandes investimentos públicos no domínio industrial, levaram à necessidade de adopção de reformas económicas e à aplicação do primeiro programa de ajustamento estrutural em 1987.

A partir de 1994, o país aprofundou o processo de reformas o que contribuiu para reduzir os grandes desequilíbrios macroeconómicos. Consequentemente o sector privado começou a crescer e a desempenhar um papel mais dinâmico na economia.

Em Junho de 1998, eclodiu uma guerra civil que contribuiu para aniquilar uma boa parte dos avanços económicos alcançados, e deteriorar a ainda precária situação dos sectores sociais.

As reformas estruturais foram interrompidas, como é óbvio, e os sectores de educação e saúde não escaparam aos efeitos da crise.

Uma das maiores consequências do conflito armado foi o aumento do nível da pobreza em virtude da redução dos rendimentos dos indivíduos, da interrupção dos serviços básicos e da deterioração de outros factores determinantes do bem-estar público (a segurança, a habitação).

Segundo o "Relatório do Desenvolvimento Humano 2000" das Nações Unidas, a Guiné-Bissau situa-se no 169 (centésimo sexagésimo nono) lugar com um índice de desenvolvimento humano muito abaixo da média em termos de PIB per capita, esperança de vida, acesso a água potável, taxa de alfabetização, taxa de escolaridade primária, de entre outros elementos de referência.

De acordo com o relatório de "Avaliação de Pobreza" de 2000, a população do país foi considerada pobre uma vez que, 88% do seu total é forçada a viver com menos de um dólar por dia.

A pobreza deixou de ser um fenómeno predominantemente rural para passar a ser também um fenómeno urbano, com incidência em determinadas camadas sociais, nomeadamente as mulheres, que representam 52% da população do país e que constituem 67% da mão-de-obra activa, ocupando-se particularmente no sector informal e na agricultura (dados do IMC); por seu turno, os jovens e crianças, constituem cerca de 7% dos pobres.

A mulher na esfera económica

Importa fazer referência à liberalização económica dos anos 80, pois que uma das suas consequências foi a limitação do poder de compra da maior parte das pessoas. Nessa altura e numa tentativa desesperada de controlar a situação, as mulheres lançaram-se no mercado informal, sobretudo nas cidades, e no mundo rural ganharam consciência do peso que têm na família e nas suas comunidades e organizaram-se em associações e agrupamentos de base graças ao apoio de algumas ONG nacionais e estrangeiras, acabando por desenvolver algumas actividades económicas bem definidas e úteis no processo de desenvolvimento socio-económico das suas comunidades. Ao organizarem-se em associações e agrupamentos de base, verificou-se que, embora a liderança lhes pertencesse, foram sempre os homens que acabaram por desempenhar as funções de secretários, administradores, contabilistas ou conselheiros, o que algumas vezes impediu as mulheres de estarem no centro das decisões sobre o destino das suas organizações. Esta circunstância deveu-se na maior parte dos casos ao facto de as mulheres não saberem ler nem escrever. Como ficou provado, o analfabetismo acabou e acaba ainda presentemente por ser um dos grandes factores de estrangulamento no que respeita à promoção das mulheres.

De acordo com um estudo da avaliação da pobreza publicado em 2000, a taxa de analfabetismo entre os adultos é na Guiné-Bissau, de 66%, sendo de 82% o analfabetismo adulto feminino.

Nos centros urbanos as mulheres têm-se vindo cada vez mais a dedicar a pequenos negócios de compra e revenda (comércio), com o objectivo de procurarem garantir o sustento da família, pagar a escola e roupa dos filhos. Actualmente, mesmo quando casadas, as mulheres são o real ganha-

ção de grande parte das famílias urbanas. Os seus maridos, se são funcionários públicos ganham muito mal, e muitos dos homens que trabalham no sector privado e por isso ganham melhor, têm tendência a fugir das suas responsabilidades.

Alguns inquéritos realizados demonstram que as mulheres gostariam de alargar a sua autonomia no seio da família e na sociedade em geral. Mas as magras receitas que conseguem por meio dos seus trabalhos são muito insuficientes e não lhes permitem satisfazer as suas necessidades de subsistência e tão pouco acumular fundos para reinvestir em actividades geradoras de receitas.

Por outro lado, o acesso ao crédito para as mulheres é quase inexistente. Poucas mulheres têm a possibilidade de ter contas bancárias próprias. Para além disso, o processo relativo à relação com os bancos é bastante burocratizado e dispendioso o que inviabiliza a maior parte das intenções nesse sentido.

Geralmente, quer a nível urbano quer a nível rural, funciona bem um sistema de poupança que consiste em quotas semanais ou mensais entre os membros de um determinado grupo de interesses, o montante resultante desta quota é depois atribuído rotativamente a um membro do grupo.

No domínio económico existem diferenças consideráveis no que diz respeito às oportunidades de mulheres e homens no exercício de influências nas estruturas económicas existentes no país, apesar de as mulheres constituírem quase 70% da mão-de-obra disponível (dados do censo da População e Habitação).

Posição das mulheres na esfera de decisão

É gritante o défice feminino de representatividade nas instâncias de poder político (Parlamento, Governo, Magistratura).

É o elevado número de mulheres na polícia de trânsito, que faz subir a 5,4% a percentagem de representação feminina nos órgãos de soberania.

Neste momento, em todo o sistema judiciário existem apenas duas Juizas.

No actual Governo só existem duas mulheres, estando uma delas a liderar o Ministério que tutela o Instituto da Mulher e Criança (IMC), criado em 2000, em substituição do Ministério da Promoção Feminina extinto em 1999. O recém-criado Instituto, de entre as inúmeras carências que apresenta, lida com a falta de um espaço e de estatutos próprios.

A nível do parlamento, a representação feminina é de apenas 6%. É de se constatar a redução da percentagem das mulheres deputadas. Há três Legislaturas atrás, ainda em tempos do partido único, as mulheres representavam 30% do total de deputados. Após as eleições de 1994 o seu número foi reduzido e passaram a totalizar 9% dos parlamentares. Actualmente contam-se em apenas de 6% como é acima foi referido. É flagrante o retrocesso verificado neste campo.

Esta queda de representatividade deve-se em parte, à alteração do sistema eleitoral.

Nas legislaturas anteriores, caracterizadas por uma representação monopartidária, os deputados eram escolhidos entre Conselheiros Regionais eleitos em Assembleias Populares, o que certamente permitia que se ponderasse uma maior presença das mulheres na ANP, no momento da escolha.

Esta é uma tradição trazida dos tempos da luta de libertação nacional, na qual as mulheres tiveram um papel muito importante.

Aproveito para falar um pouco dessa história, tendo em conta a sua importância na emancipação da mulher guineense.

O papel da mulher guineense na luta pela independência e pela sua emancipação

Durante a luta de libertação nacional, Cabral, consciente do papel que a mulher podia representar para a independência do país, promoveu o quanto foi possível esse papel, incentivando as mulheres a participarem em os todos os órgãos de decisão do partido. Assim foi criada nos inícios da luta de libertação nacional uma organização política feminina, a UDEMU (União Democrática das Mulheres), como organização de massas do partido PAIGC. Durante toda a luta de libertação nacional, o papel da UDEMU confundiu-se com o do próprio partido, cujo objectivo era mobilizar as mulheres para a libertação do país e consequentemente para a sua própria libertação. Com este propósito, a mulher combateu brilhantemente lado a lado com o homem, dando provas da sua maturidade e do seu desejo de se ver libertada não só do jugo colonial mas também de todo e qualquer tipo de opressão e dominação.

A criação da UDEMU foi, sem dúvida, o primeiro passo no movimento desencadeado pela igualdade e participação da mulher nas esferas de decisão.

Desta forma, a luta de libertação nacional conseguiu de algum modo consciencializar as mulheres sobre as suas capacidades e o papel que poderiam vir a desempenhar no futuro para o desenvolvimento do seu país.

Já num outro contexto histórico, político e económico os valores conquistados durante a luta foram, pouco a pouco, sendo substituídos por outros projectos e chegou-se ao ponto de, às vezes, serem tomados como motivo de chacota e de desencorajamento da mulher na sua luta.

A própria UDEMU acabou por se desintegrar, sobretudo por falta de recursos. Em 1990, criou-se o Ministério dos Assuntos Sociais e Promoção Feminina, MASP, obedecendo, aparentemente a uma estratégia de reforço da capacidade institucional do Governo na formulação, coordenação e implementação de políticas orientadas para uma maior valorização do papel das mulheres no desenvolvimento nacional.

Actualmente esse ministério já não existe. Existe sim o já referido Instituto da Mulher e da Criança, sob a tutela do Ministério de Solidariedade Social Emprego e Luta contra a Pobreza.

Ora, uma política integrada de igualdade de género requer, antes de mais uma vontade política de prossecução da igualdade de géneros, expressa ao mais alto nível da hierarquia do Estado (Governo em relação a políticas nacionais; Autarquia em relação as políticas autárquicas; Ministro de uma dada Pasta relativamente às políticas de um dado Ministério; etc.).

Não basta porém, que exista vontade política; importa que se disponha sobretudo de conhecimento acerca das questões da igualdade de género; que esteja disponível informação estatística e outra; que se providencie formação específica junto dos diferentes actores intervenientes na construção das várias políticas correntes; que existam recursos financeiros e humanos para iniciar e conduzir o processo; que se defina com rigor a entidade responsável pela dinamização e acompanhamento do processo e se lhe confira a necessária competência acompanhada dos correspondentes recursos.

Na Guiné está-se longe da perspectiva da igualdade de género constituir um objectivo político. Estamos ainda na fase em que é preciso superar as desigualdades e discriminações de que as mulheres são vítimas, através da sensibilização da sociedade e eliminação de determinados preconceitos e estereótipos.

A violência e as mulheres

A violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos, que pode assumir várias formas, tanto físicas, como psíquicas. Pode acontecer na família e na sociedade em geral.

Na Guiné, tal como em muitos outros países, é um problema grave.

Abordando essa questão não poderia deixar de referir um caso ocorrido recentemente em Bissau, concretamente em Junho de 2001 e a que os órgãos de comunicação social deram grande destaque:

uma mulher, os seus respectivos filhos, e a sua casa tinham sido "herdados" (para um seu cunhado) após a morte do marido. Um ano depois disso ter acontecido, o seu novo marido, irmão do falecido, como manda a tradição, arranjou uma "noiva nova" (tradição muçulmana) e quis pôr a mulher herdada fora de casa, da casa que tinha sido adquirida pelo seu anterior marido (falecido). A mulher revoltou-se e recusou-se a sair de casa. Como o homem lhe quis bater por isso, ela dirigiu-se a uma estação de rádio onde denunciou a atitude do marido. O impacto foi melhor do se poderia esperar. Muitas mulheres, que nem conheciam a vítima, num acto de solidariedade e de revolta, deixaram as lidas de casa e acorreram também à rádio. Daí o grupo seguiu para o tribunal. Nesse dia não se falou de outra coisa. Conta-se que o homem teve que fugir apressadamente num táxi a fim de escapar à tarefa que as mulheres prometeram dar-lhe e que estavam dispostas a estender aos homens que ousassem defender a sua atitude. Esta pequena história é demonstrativa do tratamento, dos maus-tratos e das injustiças a que as mulheres estão (por tradição) sujeitas em determinadas etnias.

No contexto da Guiné-Bissau, é pertinente falar do papel da mulher em conflitos político-militares.

Não é novidade que as mulheres e as crianças constituem as camadas mais afectadas em situações de conflito violento. São as principais vítimas de situações de injustiça social e económica.

Com o desencadear da guerra a 7 de Junho de 1998, as mulheres viram os seus direitos violados e muitas delas foram obrigadas a refugiar-se no interior e fora do país, submetendo-se a todo o tipo de privações, juntamente com os filhos. Em vários campos de refugiados foram violadas e submetidas a tratamentos cruéis. As que ficaram em Bissau, onde a guerra foi mais violenta, para além de terem que conviver com os bombardeamentos também sofreram violações e foram privadas de alguns dos seus

direitos mais fundamentais. Todas essas situações fizeram delas as principais vítimas dessa guerra.

Se em tempo de paz as violações e abusos às mulheres permanecem, de um modo geral, impunes, em situação de conflito armado tornam-se acções quase descaradas.

Também é verdade que muitas das vezes, por necessidade, são as próprias que se oferecem aos soldados em troca de comida para a família. A conjuntura e a falta de apoio não lhes deixam outra alternativa. Tanto num caso como noutro, as consequências são desastrosas e deixam marcas muito profundas.

Na última Resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a Paz e a Segurança da Mulher, de 31 de Outubro de 2000, exprime-se a preocupação pelo facto de as mulheres e as crianças constituírem a grande maioria dos mais afectados pelos conflitos armados, e serem cada vez mais, o alvo dos combatentes e elementos armados, reconhecendo-se também a importância do seu papel para o fortalecimento da paz duradoira.

O papel da mulher na sociedade guineense

Na Guiné-Bissau, não é reconhecido o papel da mulher no desenvolvimento da economia nacional.

O mesmo já não acontece a nível da economia doméstica. Nesse campo esse reconhecimento é quase que imposto quanto mais não seja pelos próprios resultados do investimento feminino.

Todo o acesso às instâncias de decisão é dificultado pelos preconceitos. Quando analisamos a participação da mulher nas esferas de decisão não é possível ficarmos indiferentes ao contraste tão evidente entre o papel que a mulher desempenha na sociedade e o nível da sua real participação na tomada de decisão. Tanto nos centros urbanos como nas zonas rurais, as mulheres participam activamente no processo de desenvolvimento económico, e ao mesmo tempo assumem as responsabilidades que lhes são atribuídas pela sociedade no sistema de reprodução social.

O principal papel da mulher nas sociedades tradicionais é a reprodução. Através dela a sociedade procura garantir a sua própria sobrevivência. Por isso mesmo, todo o processo de socialização é conduzido com o objectivo de tornar a jovem rapariga em futura esposa, consciente dos deveres que a sociedade lhe impõe.

Nos centros urbanos, a maior parte das famílias tem alguma ligação com o mundo rural, de onde são provenientes.

Apesar da influência de valores culturais ocidentais, a família urbana continua também a atribuir à mulher responsabilidades acrescidas na reprodução.

Nos últimos tempos, tem-se verificado um aumento do número de mães solteiras que educam os seus filhos sem apoio do parceiro e em condições extremamente difíceis. A aplicação das obrigações legais que os respectivos pais deviam perfazer não funciona. O pai ajuda se quiser, pois sabe que não é sancionado se não o fizer. A mulher está de todo desprotegida legalmente. E neste caso, também a própria criança. Outro estrangulamento relativamente à promoção da situação da mulher é a inexistência de um quadro legal nesse sentido, apesar da Guiné-Bissau assinar e ratificar as várias Convenções nesta matéria.

Identificados todos estes problemas, urge pôr em execução o Plano Estratégico do IMC que prevê um conjunto de acções que deverão conduzir a uma mudança de atitudes e dos comportamentos estereotipados ligados às mulheres.

O IMC, perspectivou uma série de acções com vista à criação de condições e políticas de desenvolvimento favoráveis à participação da mulher na vida pública, a uma maior equidade de acesso à informação, educação e formação.

O sucesso dessas acções depende fundamentalmente da vontade política do Governo e do engajamento da sociedade em geral.

Para concluir, gostaria de dizer que quando existe um desequilíbrio na distribuição de poder entre os géneros, a tendência é para que se desenvolva a violência contra as mulheres. A histórica desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres conduziu à dominação e discriminação das mulheres por parte dos homens. Urge mudar esta situação, contando com o apoio de todos. Aliás, o último relatório da FNUAP divulgado recentemente, afirma que “o futuro do planeta passa pela libertação da mulher de todas as formas de subjugação”.

BIBLIOGRAFIA

- Plano Estratégico do IMC, 200 I -2005.
- A "Igualdade do Homem e da Mulher na Gestao e Partilha do Poder - cadernos pro-democracia, Alternag, Abril 2000.
- A mulher e o poder de decisao na Guiné-Bissau, Ausenda Cardoso, Março 2000.
- A Desigualdade do Homem e da Mulher na Gestão e Partilha do Poder, Criação duma organização para a emancipação das mulheres, Luísa dos Reis Borges, Outubro 1999.
- Bandim- Subsídios para uma política de apoio ao pequeno negócio, INEP, 2001.
- Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza, Sec. Estado Emprego e Luta contra a Pobreza, Set.2000.
- Resolução 1325 (2000) do Conselho de Segurança da ONU.
- Programme de Réconciliation et de Reconstruction Nationale, Table Ronde d'Urgence, Geneve 1999.

COMUNICAÇÃO REALIZADA NO ÂMBITO DO COLÓQUIO "ÁFRICA - GÉNERO, EDUCAÇÃO E PODER"

Carlos Diogo Moreira*

As mulheres têm vindo a ser objecto de estudos sociológicos e antropológicos desde o século XIX, reflectindo as crescentes preocupações sociais acerca da condição feminina.

Podem-se distinguir, a partir dos objectivos subjacentes a tais trabalhos, três grandes orientações nestes estudos. 1) uma que procura conhecer a condição feminina tendo como objectivo principal justificar a reivindicação de igualdade de direitos e oportunidades para a mulher (a chamada emancipação feminina); 2) outra representada pelos estudos sobre a sexualidade e 3) uma última que surge nos estudos sobre os "géneros", entendidos diferentemente dos "sexos", como construção social.

Com a noção de género pretende-se sublinhar a natureza fundamentalmente construída (como atrás afirmámos) das diferenças baseadas no sexo. É esse o entendimento de autores como Caplan (1987), Robertson e Berger (1987), Scott (1988), Iman (1997), Mignot Lefebvre (1995) ou Ibi Amadiumme (1987).

A elaboração do conceito de género, distinguindo as construções culturais, sociais e históricas sobre os papéis, comportamentos, atributos e ideologias, masculinas e femininas, torna sem dúvida mais inteligível a variabilidade cultural das identidades de género, em que, por exemplo, a um mesmo género pode ser associado mais que um sexo como sucede, no dizer de Ibi Amadiumme, com as "mulheres-marido" e "homens-filhas" entre os Igbo do sudeste da Nigéria (Amadiumme, 1987).

* Prof. Catedrático do ISCSP. Presidente do Concelho Científico à altura da realização do Congresso.